



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/DILOG/DITEC/PF

Decisão nº 146197439/2026-CPL/DILOG/DITEC/PF

Processo: 08059.000189/2026-14

Assunto: Decisão de Recursos - Pregão Eletrônico n. 90003/2026-DITEC/PF

Objeto: Contratação de serviço de suporte técnico especializado em atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação

Recorrentes: CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 00.308.141/0009-23; SULWORK TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ nº 07.899.023/0000-29; O&M SERVIÇOS TECNOLÓGICOS E CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 17.295.595/0001-52

1. DO RELATÓRIO

1.1. Esta Servidora, designada pela Portaria nº 1.637-DITEC/PF, de 30 de outubro de 2025, no exercício da competência que lhe confere o art. 165, da Lei nº 14.133/2021, tempestivamente responde aos Recursos interpostos pelas licitantes CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (146053530), SULWORK TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (146078231) e O&M SERVIÇOS TECNOLÓGICOS E CONSULTORIA LTDA (146078148), nos autos do processo supracitado, referente ao Pregão nº 90003/2026-DITEC/PF, com as seguintes razões de fato e de direito:

1.1.1. Cuida-se de Recurso Administrativo interposto pelas Recorrentes com fundamento na Lei nº 14.133/2021, no Edital e nas demais legislações pertinentes e aplicáveis, em face da decisão proferida pela Pregoeira subscrita, com base em análise técnica da área demandante, que:

a) julgou aceito e habilitado o fornecedor 4D SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ nº 31.531.732/0001-31 para o item 1 (único).

2. DAS ALEGAÇÕES

2.1. A Recorrente CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA apresentou Recurso tempestivo, alegando que:

2.1.1. Há necessidade de diligência para comprovação de exequibilidade econômico-financeira da proposta, sobretudo diante da remuneração atribuída ao gerente de suporte técnico de TI;

2.1.2. A Recorrida não apresentou na fase de habilitação a qualificação técnica da equipe;

2.1.3. A periculosidade indicada em planilha incide sobre salários-base reduzidos, especialmente do profissional gerente; e que

2.1.4. A adjudicação, a homologação ou a convocação para assinatura de contrato sejam condicionadas à juntada prévia e verificável de certidão/consulta atualizada que comprove a inexistência de registro impeditivo no CADIN relativo ao sócio da Recorrida.

2.2. **E PEDE:**

2.2.1. O conhecimento e o provimento do recurso administrativo, para que seja reformada a decisão de classificação da Recorrida;

2.2.2. A consequente realização de diligências para comprovação de exequibilidade diante da diferença de 32,66% em relação ao orçamento mensal de referência, bem como a exigência de comprovação específica da praticabilidade do salário-base do gerente de suporte técnico de TI;

2.2.3. A distinção expressa, na decisão, entre capacidade técnico-operacional da pessoa jurídica, demonstrada por atestados, e capacidade/qualificação dos profissionais que executarão o contrato, exigindo-se prova individualizada quando necessária à aferição da exequibilidade;

2.2.4. A verificação dos impactos do adicional de periculosidade de 30% sobre a sustentabilidade da proposta e sobre os salários-base adotados;

2.2.5. A juntada aos autos de consulta/certidão atualizada que comprove inexistência de registro impeditivo no CADIN relativo ao CPF do sócio indicado no chat, antes de qualquer assinatura contratual; e

2.2.6. O encaminhamento do presente recurso à autoridade superior, para ciência e reapreciação.

2.3. A Recorrente SULWORK TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA apresentou Recurso tempestivo, alegando que:

2.3.1. A Recorrida não apresentou comprovação de experiência mínima temporal e quantitativos mínimos estabelecidos no Termo de Referência;

2.3.2. Evidencia-se ausência de validação documental em atestado de capacidade técnica apresentado; e que

2.3.3. Há impossibilidade de somatório de experiências fragmentadas.

2.4. E PEDE:

2.4.1. O conhecimento e provimento do presente Recurso Administrativo, com a consequente inabilitação da empresa 4D SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA;

2.4.2. A realização de diligência formal para averiguação de qualificação técnica da Recorrida, nos termos do art. 64, da Lei nº 14.133/2021; e

2.4.3. A convocação da licitante subsequente.

2.5. A Recorrente O&M SERVIÇOS TECNOLÓGICOS E CONSULTORIA LTDA apresentou Recurso tempestivo, alegando que:

2.5.1. A Recorrida apresenta declaração falsa ao manifestar no sistema Compras que mantém programa de integridade e de equidade de gênero a fim de usufruir de vantagem indevida para fins de desempate;

2.5.2. No sítio eletrônico da Recorrente não há qualquer indicação objetiva da existência das estruturas do programa de integridade, tendo informado no documento recursal o endereço "https://4ds.com.br", bem como a imagem da tela no fim do arquivo (146078148); e que

2.5.3. Há necessidade de comprovação dos fatos pela empresa 4D SOLUÇÕES.

2.6. E PEDE:

2.6.1. O conhecimento e o provimento do recurso administrativo;

2.6.2. O reconhecimento de que a licitante prestou declaração falsa durante a licitação ao afirmar possuir programa de integridade e ações de equidade de gênero sem qualquer comprovação idônea;

2.6.3. A desclassificação da empresa declarada vencedora e a aplicação de sanções;

2.6.4. Subsidiariamente, a abertura de diligência para comprovação documental que comprove o enquadramento em programa de integridade por parte do licitante vencedor antes da formalização do contrato.

3. DAS CONTRARRAZÕES

3.1. Em sede de contrarrazões, a empresa 4D SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA defende (146157829):

3.1.1. Que a exequibilidade da proposta e a capacidade técnico-operacional levantadas pela Recorrente CONNECTCOM foram comprovadas através dos serviços prestados à esta Diretoria em

contratação anterior e que o valor apresentado em fase de lances é superior ao praticado no Contrato nº 8/2024-DITEC/PF;

3.1.2. Que o preço estimado no Termo de Referência não pode ser interpretado como piso salarial eliminatório, o que garante às participantes autonomia para estruturar suas propostas de acordo com suas realidades operacionais, ganhos de escala, nível de maturidade tecnológica, processos internos e estratégias comerciais;

3.1.3. Que a contratação pretendida é a prestação de serviços de TIC, mensurado por resultados (IMR), sem dedicação exclusiva de mão de obra, e que a imposição de comprovação de CCT específica contraria o posicionamento da Corte de Contas;

3.1.4. Que a Recorrente CONNECTCOM comete equívoco ao considerar apenas o salário-base do gerente e não o custo integral do posto;

3.1.5. Que a situação de irregularidade junto ao CADIN em consulta ao CPF do sócio majoritário está superada em Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.

3.1.6. Que a Recorrente SULWORK desconsidera em suas alegações os requisitos exigidos em edital e anexos os quais admitem expressamente a comprovação da aptidão por meio de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, bem como o somatório de atestados em determinadas hipóteses;

3.1.7. Que o Termo de Referência exige para qualificação técnica demonstração de execução de serviço similar, compatível em características, quantidades e prazos, e não a reprodução integral e autossuficiente, em um único documento, de todos os elementos do futuro contrato;

3.1.8. Que o instrumento convocatório permite o somatório de diferentes atestados para a comprovação de quantitativo mínimo de serviço, desde que executados de forma concomitante;

3.1.9. Que a Recorrida apresentou diversos atestados de capacidade técnica que demonstram competência nas atividades exigidas na licitação, inclusive com documento emitido pela própria unidade contratante em contrato anterior;

3.1.10. Que a alegação da Recorrente O&M seja desconsiderada, no que se refere à apresentação de declaração falsa de programa de integridade, já que parte da consulta realizada no recurso foi realizada em endereço eletrônico equivocado, sendo o oficial "<https://4d.bsb.br>";

3.1.11. Que possui provas documentais que comprovam a manutenção do programa, podendo apresentá-las em diligência;

3.1.12. Que inexistiu vantagem competitiva auferida pela declaração por não se constatar situação de empate no certame;

3.2. **E PEDE:**

3.2.1. O recebimento e o conhecimento das contrarrazões;

3.2.2. Que a habilitação seja mantida;

3.2.3. O indeferimento integral do recurso administrativo interposto pelas Recorrentes, mantendo-se a decisão que classificou e habilitou a Recorrida, por estrita vinculação ao Termo de Referência e ao julgamento objetivo; e

3.2.4. Que seja mantido o resultado do certame com a manutenção da Recorrida como vencedora.

4. **DA ANÁLISE**

4.1. A área técnica manifestou-se quanto aos recursos no Despacho n. 146210770-STI/DITEC/PF, o qual dá base para a decisão do pregoeiro. Segue a análise, em resumo, dos pontos abordados:

4.1.1. **Quanto ao Recurso apresentado pela empresa CONNECTCOM :**

4.1.1.1. A Recorrente sustenta que a proposta da 4D pode ser inexequível, já que a redução de preço se concentra no gerente de suporte, função crítica do contrato, sendo o salário ofertado (R\$ 4.300,00) aparentemente incompatível com a qualificação exigida

(experiência + formação), acrescenta que a planilha apresentada não comprova viabilidade real, apenas formal e que pode haver risco de baixa qualidade, descumprimento contratual ou problemas trabalhistas. O recurso destaca que a empresa 4D apresentou atestados da empresa (capacidade técnico-operacional), porém não comprovou a qualificação individual dos profissionais (currículos, diplomas, experiência). A licitante afirma também que a Administração não realizou diligência adequada para verificar a exequibilidade e aceitou a proposta sem justificativa técnica detalhada. Por fim, solicita que a Administração proceda com adjudicação, homologação ou convocação para assinatura de contrato apenas após juntada de certidão atualizada com comprovação de regularidade.

4.1.1.2. A Recorrida defende que preço inferior ao estimado não implica inexecutabilidade automática, como corroborado na Súmula TCU nº 262 a qual prevê que a inexecutabilidade é presunção relativa, devendo ser comprovada. Sobre o salário do gerente, o fornecedor 4D argumenta que há confusão entre salário-base e custo total (o custo real é maior com encargos), a análise deve considerar a planilha global, não um item isolado, e que a estrutura de custos é autonomia da empresa, não podendo ser imposta pela Administração. Além disso, informa que o Tribunal de Contas já decidiu que utilizar valores de referência como limite mínimo fere a competitividade da licitação. A empresa confirma que executou contrato semelhante e recente com a PF, com valor menor de salário para o mesmo cargo e promete apresentar contracheques e demais documentos comprobatórios como anexos do arquivo de contrarrazões. Conforme já declarado no chat da sessão, o licitante afirma novamente a regularização de pendência no CPF do sócio junto ao sistema CADIN.

4.1.1.3. Quanto à exequibilidade da proposta, a análise da documentação pertinente, encaminhada na fase de julgamento, foi analisada pelo setor requisitante (STI/DITEC/PF), que a aprovou e garantiu o avanço das demais etapas do certame. Mediante recurso que questiona essa análise, a área técnica foi consultada e declarou que a exequibilidade de salários restou comprovada através do Contrato nº 8/2024-DITEC/PF, encerrado em abril de 2026, cuja empresa vencedora se firmava como contratada (documento apresentado pela 4D na fase de habilitação, junto ao atestado de capacidade técnica emitido por esta Diretoria).

4.1.1.4. Conforme estabelecido em edital (itens 7.7 e 7.8), há indício de inexecutabilidade nas propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração com necessidade de averiguação por diligência. O preço total da proposta não se enquadra no requisito elencado, porém o salário do gerente ofertado pela empresa 4D apresenta considerada redução em relação ao estimado por esta Diretoria, mesmo assim, o valor oferecido efetivamente se mostra maior do que o praticado no contrato anterior, no qual não foram observadas irregularidades.

4.1.1.5. Considerando que a empresa Recorrida afirmou em suas contrarrazões que encaminharia em anexo contracheques e documentos para comprovação de salários, mas que tal arquivo não foi disponibilizado, solicita-se a abertura de diligência para apresentação da documentação de salários, a fim de que os demais participantes tenham acesso público e transparente aos dados, respeitando-se o sigilo de dados pessoais.

4.1.1.6. Sobre a falta de comprovação dos requisitos de experiência e de formação da equipe, o setor demandante também manifestou-se afirmando que a análise foi inicialmente realizada considerando-se a efetiva contratação anterior com a empresa 4D, conforme termo contratual supracitado. Entretanto, em observância ao princípio da transparência e da regularidade formal do processo, será convocada diligência para envio de comprovantes que atendam ao requisito definido no Termo de Referência.

4.1.1.7. Referente à irregularidade identificada em certidão após consulta do pregoeiro, verifica-se que a Lei nº 14.133/2021 estabelece, de forma taxativa, os critérios de habilitação dos licitantes, os quais se restringem à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista. Não há, dentre tais requisitos, previsão legal que autorize a exigência de comprovação de regularidade junto ao CADIN. Nesse contexto, a inclusão de tal exigência no instrumento convocatório ou em sede de diligência durante a sessão pública configuraria violação ao princípio da legalidade e restrição indevida à competitividade do certame.

4.1.1.8. O Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado no sentido de que não é admissível a exigência de requisitos não previstos em lei como condição de habilitação, por comprometer a isonomia e a ampla competitividade, conforme reafirmado no Acórdão nº 1.622/2025 – Plenário.

4.1.1.9. Ademais, o CADIN, instituído pela Lei nº 10.522/2002, possui natureza meramente informativa e tem como finalidade subsidiar a Administração Pública quanto à celebração de ajustes que envolvam recursos públicos, sendo obrigatória sua consulta previamente à contratação. Com a alteração promovida pela Lei nº 14.973/2024, a existência de registro no CADIN passou a constituir impedimento à celebração de contratos, reforçando que seus efeitos se produzem na fase contratual, e não na fase de habilitação ou participação em licitação.

4.1.1.10. Nesse sentido, mesmo a existência de pendência no CADIN não impede a participação do licitante nem sua habilitação, devendo eventual óbice ser analisado oportunamente, quando da formalização do contrato.

4.1.1.11. O licitante foi informado via chat sobre a irregularidade identificada no CPF do sócio. Confirmou-se perante os demais interessados que tal situação não é fator impeditivo para habilitação da vencedora, nem para adjudicação e homologação da licitação. No momento da convocação para efetiva contratação, o responsável terá direito a período hábil para demonstrar regularização às autoridades competentes, conforme prazo estipulado para a assinatura do termo contratual (item 9 do edital) e, somente mediante comprovação, que será juntada aos autos do processo administrativo, o acordo será devidamente firmado.

4.1.1.12. Portanto, não há possibilidade de exigência de documentos/diligências referentes ao CADIN durante a sessão pública.

4.1.1.13. Assim, com base nos critérios da análise da área demandante e considerando os princípios licitatórios, o recurso deve ser parcialmente aceito para comprovação, mediante diligência, de exequibilidade de preços (salário do profissional gerente) e dos requisitos de experiência e de formação de equipe.

4.1.2. **Quanto ao Recurso apresentado pela SULWORK:**

4.1.2.1. A Recorrente sustenta que a 4D não comprovou, de forma integral e válida, os requisitos de qualificação técnica exigidos, principalmente nos pontos: 1) Experiência mínima de 36 meses; 2) Suporte a 300 microcomputadores; 3) Suporte a 20 impressoras; e 4) Compatibilidade com a complexidade do objeto. Afirma que o atestado emitido pela contratante de direito privado (CONBRAL) não tem validade comprovável por falta de assinatura digital. A empresa alega que há indícios de incompatibilidade técnica e operacional, já que alguns contratos apresentados têm porte menor que o exigido e não demonstram experiência equivalente à complexidade da PF, e critica a fragmentação dos atestados.

4.1.2.2. A 4D argumenta que comprovou plenamente sua experiência, inclusive superior a 3 anos exigidos, o Termo de Referência permite somatório de atestados, o que foi corretamente utilizado, não há exigência de que um único atestado comprove todos os requisitos, possui experiência relevante, inclusive com contrato anterior na própria PF (Contrato nº 08/2024), e que a interpretação da SULWORK é restritiva e cria exigências não previstas no edital.

4.1.2.3. Informa-se que os atestados de capacidade técnica foram analisados na fase de habilitação pela área requisitante. Em fase recursal, os especialistas envolvidos foram novamente consultados e reafirmaram que a qualificação técnica da empresa foi verificada de acordo com o item 10.31.2 do Termo de Referência que declara: *"Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante"*.

4.1.2.4. A previsão editalícia sobre o somatório de atestados está de acordo com a jurisprudência do TCU e reforça a competitividade da licitação. A comprovação "integrada" só é admitida em situação excepcional, devendo ser exigida pela Administração mediante justificativa fundamentada. Portanto, os atestados encaminhados atendem ao exigido pelo

órgão.

4.1.2.5. Considerando a questão relativa à veracidade do atestado emitido pela empresa CONBRAL ENGENHARIA LTDA, o qual foi analisado e considerado no conjunto da fase habilitatória, solicita-se que a 4D encaminhe, em diligência, documentos da contratação junto à empresa privada para conferência e complementação de informações, condição permitida pelo edital (item 8.15).

4.1.2.6. Assim, com base nos critérios da análise da área demandante e considerando os princípios licitatórios, o recurso deve ser parcialmente aceito para que em sede de diligência, as dúvidas referentes à autenticidade do atestado (CONBRAL) sejam sanadas.

4.1.3. **Quanto ao Recurso apresentado pelo fornecedor O&M:**

4.1.3.1. A Recorrente expõe que a empresa vencedora declarou possuir programa de integridade e de equidade de gênero nível Bronze para possível usufruto de benefício em situação de desempate, porém a comprovação documental não foi encaminhada no decorrer do certame. Em consulta pública realizada pela licitante O&M aos perfis da Recorrida, o fornecedor afirma que não foi localizada referência a código de ética, política de integridade, programa de *compliance*, canal de denúncias ou política específica de equidade de gênero, nem menção a certificações, selos ou iniciativas estruturadas nessa matéria. Porém, um dos endereços citados não se refere ao sítio eletrônico oficial da licitante 4D SOLUÇÕES. Há alegação conjunta de que o pequeno porte da classificada seria um outro obstáculo à aplicação de tais políticas. Assim, a Recorrente proclama que houve apresentação de declaração falsa e pede que, se enquadrando em infração, a Administração sancione a responsável, bem como a desclassifique, ou proceda com diligência para comprovação da condição declarada.

4.1.3.2. A Recorrida defende que a acusação de apresentação de declaração falsa não procede. Denota o erro na pesquisa de dados da Recorrente, informando o sítio eletrônico correto para averiguação dos fatos (<https://4d.bsb.br>), o qual disponibiliza, de forma pública, políticas de integridade formalmente instituídas. Informa que possui documentação corporativa necessária para comprovação da existência de uma governança sólida e operante. Afirma que a empresa O&M não pôde demonstrar qualquer prejuízo concreto ao certame, à Administração Pública ou à competitividade, já que não houve situação que ensejasse a utilização de benefício e que o resultado da licitação foi pautado exclusivamente no critério objetivo de menor preço. E solicita o desprovisionamento do recurso administrativo, a manutenção da aceitação da proposta ou a realização de diligência para obtenção de informações complementares na hipótese de necessária confirmação.

4.1.3.3. Conforme os fatos levantados, informa-se que os campos de declarações são próprios do sistema Compras.gov.br e preenchidos pelos licitantes no momento do cadastro da proposta. O edital de licitação, padronizado com base no modelo da AGU, define programa de integridade e equidade de gênero como critérios de desempate (Art. 60, III e IV, da Lei nº 14.133/2021). Na sessão pública, não houve situação de empate, logrando a empresa 4D SOLUÇÕES o menor preço na fase de lances. Não há previsão editalícia de implementação de tais políticas como critérios de habilitação.

4.1.3.4. Ressalte-se que o Edital não exigiu dos licitantes, em nenhuma fase, a apresentação prévia de documentação comprobatória de programa de integridade e de equidade.

4.1.3.5. A Recorrente alega que a declaração seria falsa, dado que a Recorrida não apresentou quaisquer comprovantes de seus programas quando da sessão. Realmente, verifica-se que a empresa não juntou espontaneamente nenhum documento que comprovasse a existência de um programa de integridade, limitando-se à sua auto declaração positiva no portal.

4.1.3.6. Contudo, é preciso ponderar que a ausência de apresentação de documentos não configura, por si só, comprovação de falsidade da declaração. Haja vista que o Edital não exigiu tal comprovação na fase de habilitação, a exceção de haver desempate, a licitante não incorreu em descumprimento formal de nenhuma obrigação documental do certame.

Diferentemente de outras exigências objetivas do edital (tais como apresentação de certidões, atestados técnicos), no caso dos programas, não havia previsão de entrega de documento específico naquele momento. Portanto, a falta de prova apresentada na sessão não implica automática falsidade da declaração.

4.1.3.7. No presente momento, não há prova inequívoca da alegada falsidade. A Recorrente limitou-se a inferir a inexistência do programa a partir da não apresentação espontânea de documentos e de pesquisas externas que não identificaram menção pública a tal programa.

4.1.3.8. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a inabilitação ou desclassificação de licitantes deve ocorrer apenas nas hipóteses de descumprimento de exigências que impactem diretamente a validade da proposta ou a capacidade do licitante. No caso apresentado, ainda que se cogitasse eventual inconsistência na declaração, observa-se que a informação não foi determinante para a habilitação da licitante, não influenciou a classificação das propostas, não foi utilizada como critério de desempate e não possui impacto direto no resultado do certame.

4.1.3.9. A jurisprudência recente do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 2432/2025 - TCU – Plenário) reforça essa interpretação ao reconhecer que a declaração do programa de integridade no sistema eletrônico não constitui requisito de habilitação, mas etapa procedimental vinculada à eventual aplicação do critério de desempate. A comprovação documental, portanto, deve ser exigida apenas quando o critério é efetivamente acionado.

4.1.3.10. Assim, com base nos critérios da análise apresentados e nos princípios licitatórios, o recurso deve ser recusado.

4.1.4. **Quanto à solicitação de ajuste na indicação de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT):**

4.1.4.1. Após reanálise da documentação da empresa 4D durante a fase recursal, o setor requisitante, que analisou inicialmente a proposta e a planilha apresentadas, identificou a necessidade de correção na planilha, conforme trecho retirado do Despacho nº 146210770-STI/DITEC/PF e transcrito a seguir:

"3. Não obstante, foi identificado uma questão relacionada à temática dos instrumentos de negociação entre sindicatos e empregadores para regulamentar condições de trabalho, explicada a seguir:

*3.1. O Acordo Coletivo de Trabalho apresentado na planilha de formação de preço sob o número de registro 19964.201907/2025-91 se encontra **fora do período de vigência**, que foi de 1º de abril de 2023 a 30 de março de 2025. O documento foi encontrado pelo sistema "mediador" do MTE. A Reforma Trabalhista (Artigo 614, § 3º, da CLT) estabelece que o prazo máximo de vigência de qualquer acordo ou convenção coletiva é de 2 anos. Além disso, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em que não existe "ultratividade" (ADPF n. 323) para convenção ou acordo coletivo de trabalho.*

*3.2. Portanto, solicito a licitante refazer a planilha de formação de preço utilizando os valores de um Acordo Coletivo de Trabalho que esteja em vigência, e caso não exista, utilizar: ou a Convenção Coletiva de Trabalho, correspondente a atividade principal da empresa no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, ou uma Convenção Coletiva de Trabalho da atividade secundária no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica **que esteja relacionada ao objeto que está sendo contratado** (princípio da funcionalidade) e **região onde será prestado o serviço** (princípio da territorialidade), vide TCU - Acórdão nº 1207/2024 e 1097/2019-Plenário do TCU."*

4.1.4.2. Assim, solicita-se, mediante diligência, a apresentação de planilha ajustada pela empresa classificada.

5. **CONCLUSÃO**

5.1. Conclui-se dos pontos levantados que:

- a) deve-se convocar, em diligência, a 4D SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA para apresentação de documentos que comprovem a exequibilidade da proposta/planilha referente ao salário estipulado para o profissional gerente;
- b) deve-se convocar, em diligência, a 4D SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA para apresentação dos requisitos de experiência profissional e de formação da equipe (itens 4.24 a 4.29.1 do Termo de Referência).
- c) deve-se convocar, em diligência, a 4D SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA para envio de documentos complementares aos atestados de capacidade técnica encaminhados na fase de habilitação;
- d) deve-se convocar, em diligência, a 4D SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA para ajuste de ACT na planilha.

6. DA DECISÃO

6.1. Diante do exposto, CONHEÇO do recurso interposto pela empresa CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, para no mérito **DAR-LHE PROVIMENTO nas alegações referentes à necessidade de diligência para comprovação de exequibilidade de preços e de requisitos de experiência e formação profissionais e NEGAR-LHE PROVIMENTO quanto à comprovação de quitação no CADIN durante a licitação.**

6.2. CONHEÇO do recurso interposto pela empresa SULWORK TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA, para no mérito **DAR-LHE PROVIMENTO nas alegações referentes à necessidade de diligência para comprovação de autenticidade de um dos atestados de capacidade técnica apresentados e NEGAR-LHE PROVIMENTO quanto à reavaliação da aceitação de conjunto de atestados.**

6.3. CONHEÇO do recurso interposto pela empresa O&M SERVIÇOS TECNOLOGICOS E CONSULTORIA LTDA, para no mérito **NEGAR-LHE PROVIMENTO nas alegações referentes à necessidade de comprovação de implementação de programa de integridade/equidade de gênero mesmo diante da afastabilidade de situação de desempate.**

6.4. Importante destacar que esta justificativa foi baseada nas considerações técnicas da área demandante, a qual possui a devida expertise no assunto, e não vincula a decisão superior acerca da adjudicação e homologação do certame, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que foi carreado a este processo, fornecendo subsídios à autoridade administrativa superior, a quem cabe a análise desta e a decisão.

6.5. Informo que, de acordo com os prazos legais e cadastrados no sistema, tal procedimento deverá ser realizado até dia 8 de junho de 2026, **e também deverá ser efetivado no sistema www.gov.br/COMPRAS.**

6.6. Desta maneira submeto a presente decisão à autoridade superior para apreciação e posterior ratificação.

Juliana Primo Feitoza
Agente Administrativa
Pregoeira

1. DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

1.1. Trata-se do Pregão Eletrônico nº 90003/2026-DITEC/PF que visa a eventual contratação de serviço de suporte técnico especializado em atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Termo de Referência e anexos.

1.2. As empresas CONNECTCOM, SULWORK e O&M interpuseram, tempestivamente,

recurso administrativo contra a decisão da Pregoeira que classificou e habilitou o fornecedor 4D SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA vencedora certame, apontando indícios de inexequibilidade, comprovação de qualificação técnica insuficiente, entre outras alegações.

1.3. A licitante Recorrida defendeu nas suas contrarrazões que apresentou proposta e documentos habilitatórios coerentes com o instrumento convocatório e aponta as divergências localizadas nas alegações das Recorrentes.

1.4. Posto isso, pautado pela decisão da Pregoeira, informo o conhecimento dos referidos recursos administrativos, e pelas razões constantes no Despacho n. 146210770, emitido pela área técnica, **DECIDO pelo PROVIMENTO PARCIAL DOS RECURSOS DAS EMPRESAS CONNETCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA E SULWORK TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA e pelo DESPROVIMENTO DO RECURSO DO FORNECEDOR O&M SERVIÇOS TECNOLOGICOS E CONSULTORIA LTDA.**

1.5. Ademais, considerando provido o recurso (parcialmente), conforme explanado na análise técnica, a Recorrida deverá ser convocada em sede de diligência para comprovação de exequibilidade do salário do profissional gerente, dos requisitos de experiência e formação profissionais, da veracidade do atestado de capacidade técnica emitido por empresa privada e para ajuste de ACT na planilha.

1.6. Retorne-se à Comissão de Permanente de Licitação para conhecimento e demais providências.

ROBERTO REIS MONTEIRO NETO

Perito Criminal Federal
Diretor Técnico-Científico



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO REIS MONTEIRO NETO, Diretor(a)**, em 22/05/2026, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA PRIMO FEITOZA, Agente Administrativo(a)**, em 22/05/2026, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=146197439&crc=F51B2277.
Código verificador: **146197439** e Código CRC: **F51B2277**.